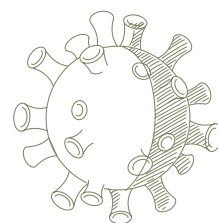


A LIDERANÇA POR UM MUNDO MENOS DEMOCRÁTICO ACELERA COM A PANDEMIA



É comum afirmar-se que qualquer crise traz consigo perigos e oportunidades, pelo que é na resposta às crises que se revelam as grandes lideranças. Consideramos Grandes, os governantes que conseguem conduzir a sociedade por caminhos que minimizam os efeitos dos perigos e maximizam os benefícios das oportunidades. Todavia, mais do que revelar a “fibra” dos líderes, as medidas desenhadas e implementadas para responder às crises mostram a natureza e a robustez do sistema social e político vigente.

Mediante um problema novo resultante da propagação do vírus SARS-CoV-2, os governos da maioria dos países, incluindo da União Europeia, não desenvolveram qualquer esforço para desenhar uma resposta concertada à pandemia, e fazendo tábua-rasa de muitos acordos transnacionais, decidiram quase sempre de um modo isolado, usando os pressupostos e linguagem da guerra. No entanto, todos, com maior ou

menor celeridade, decretaram, numa primeira fase, medidas de confinamento a aplicar a todas as pessoas não envolvidas em atividades consideradas essenciais e, desenharam programas para compensar financeiramente empresas e pessoas pela perda de rendimentos, prevendo o uso de dinheiro que sabiam não possuir. De facto, na União Europeia, os governantes só concertaram as suas posições relativamente a dois pontos:

i) a crise económica de dimensão global exige que seja a própria União Europeia a financiar-se nos mercados internacionais através de títulos de dívida pública da UE, os quais serão pagos através de um mecanismo que não interessa definir agora, pois será problema das gerações futuras;

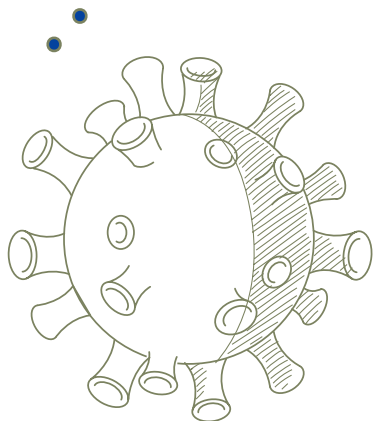
ii) a crise de saúde pública só poderá ser resolvida por uma vacina desenvolvida obrigatoriamente por entidades privadas, e para acelerar o processo, os doutos sábios dos nossos governantes



ROMEU VIDEIRA

INVESTIGADOR DO
LAQV/REQUIMTE,
LABORATÓRIO
ASSOCIADO PARA
A QUÍMICA VERDE,
UNIVERSIDADE DO
PORTO.

DOCENTE
CONVIDADO DO
DEPARTAMENTO DE
QUÍMICA, FACULDADE
DE FARMÁCIA,
UNIVERSIDADE DO
PORTO



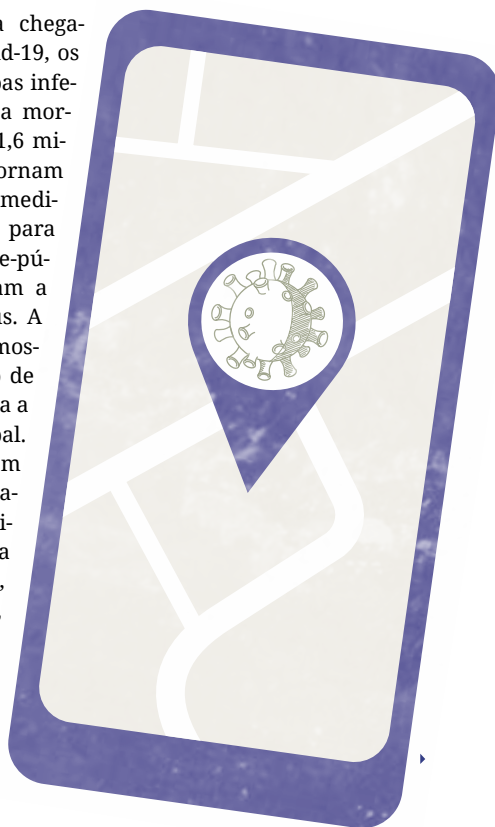
selecionaram mesmo algumas organizações para serem reservatório de avultados financiamentos sob a forma de donativos.

Assim, não só os acordos multilaterais caíram, como os fluxos de pessoas e mercadorias (dois vértices do triângulo que suporta a nossa sociedade global) foram profundamente afetados, tendo-se mantido os fluxos de informação (o terceiro vértice) com elevados níveis de pseudonotícias com objetivo de formatar a consciência coletiva. Estas medidas tiveram um profundo impacto na economia e, também, na forma de estar e viver das pessoas, com implicações para o futuro das democracias. Os cidadãos, motivados pelo medo de ser infectados, aceitaram (e alguns aplaudiram) a suspensão de muitos dos direitos e liberdades subjacentes à democracia, incluindo a liberdade de movimentação entre países e dentro do país, do concelho, da cidade, do bairro e do prédio (um político português no ativo chegou a propor o controlo por etnia!). Mais ainda, as pessoas aceitaram, não só a vigilância ativa por parte das forças de segurança, como reclamaram penas pesadas para os que não cumprissem, e aplaudiram o desenvolvimento de aplicações capazes de denunciar em tempo real a presença num espaço público de pessoas com teste positivo para SARS-CoV-2. Portanto, o cumprimento de uma qualquer norma do confinamento tornou-se um mal necessário assumido voluntariamente por muitos e difícil de cumprir por muitos outros, incluindo por aqueles que

“Os cidadãos, motivados pelo medo de ser infectados, aceitaram (e alguns aplaudiram) a suspensão de muitos dos direitos e liberdades subjacentes à democracia”

mesmo ilegalmente têm que se movimentar/trabalhar para levar o “pão” à boca da sua família. A consistência social catalisada pelos “fazedores de opinião” e meios de comunicação social que em muitos casos elevaram a vigilância ativa a um nível que transforma o denunciante do incumprimento em quase-herói, fraturou-se ainda mais e todos os motivos se tornaram adequados para manifestações.

Um ano após a chegada do vírus da Covid-19, os 70 milhões de pessoas infectadas no mundo e a morte de, pelo menos, 1,6 milhões de pessoas tornam evidente que as medidas implementadas para proteger a saúde pública não contiveram a propagação do vírus. A análise dos dados mostra que o seu ritmo de propagação continua a crescer a nível global. Medidas que também não conseguiram garantir a sustentabilidade económica da sociedade. Assim, os vários governos, sempre voluntariosos, e de um modo independente, vão anunciando “mil e uma” medidas





para relançar a economia, decretando uma retoma gradual e intermitente das atividades económicas, mantendo sempre restrições ao direito e liberdade das pessoas com níveis de severidade variável entre países e, dentro de um mesmo país, entre regiões.

Desta forma, o problema de saúde pública subjacente ao SARS-CoV-2 entrelaça-se com o declínio económico global e com todos os outros problemas que já afligiam a humanidade, criando um “problema bomba” com um poder destruidor que vai muito além da nossa capacidade de previsão. Hoje é evidente para todos nós que os “subsídios” atribuídos aos setores/pessoas mais afetados/necessitados são demasiado curtos para as necessidades daqueles que os recebem e demasiado pesados para a sociedade que os suporta.

A uma democracia exige-se sempre que as medidas sejam orientadas pelo bem-comum, portanto todos nós nos devemos interrogar: serão as medidas que as lideranças das nossas democracias desenharam e que estão a desenhar para responder à pandemia Covid-19/declínio económico as mais adequadas para minimizar os perigos e potenciar as oportunidades que maximizam os benefícios para o bem-comum?

Dado que é difícil avaliar os estragos provocados por um furacão quando se está no

*“serão as medidas
que as lideranças das
nossas democracias
desenharam e que estão a
desenhar para responder
à pandemia Covid-19/
declínio económico as mais
adequadas para minimizar
os perigos e potenciar
as oportunidades que
maximizam os benefícios
para o bem-comum?”*



VISUALHUNT

seu vórtice, então o mais aconselhável é aplicar o **princípio da precaução** que emerge da análise cuidadosa e distanciada do que aconteceu nas várias crises que tivemos nas últimas décadas.

De facto, temos saído de cada uma dessas crises com uma maior desigualdade social, uma classe média de menor dimensão, um fosso entre pobres e ricos mais alargado e, com a liberdade das decisões futuras hipotecada ao “papão” de uma dívida pública de dimensão astronómica e em expansão, e marcada por níveis de depressão da população nunca antes vistos. Assim, o princípio da precaução alerta-nos para o facto de inúmeras vezes, as decisões dos governantes das nossas democracias sacrificarem o bem-comum aos interesses de pequenos grupos, proporcionando-lhes a possibilidade de acumularem poder e riqueza enquanto a maioria da sociedade empobrece e se afunda em depressão.

Neste quadro, a melhor forma de prever a justiça social das medidas implementadas e anunciadas é analisar o seu impacto:

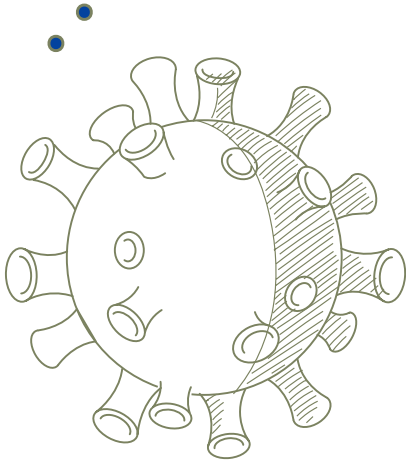
i) nos grupos mais frágeis da sociedade (incluindo sem-abrigo, trabalhadores informais que em Portugal e na EU

Os efeitos sobre os grupos mais frágeis da sociedade portuguesa não deixam antever nada de bom para o nosso futuro comum.

representam cerca de 20% da economia, trabalhadores com contratos precários, idosos e doentes), por serem os que têm menor capacidade de influenciar as decisões do governo;

ii) no Ensino Superior e Ciência, por ser o setor que fabrica a “massa” que vai moldar o leque de oportunidades no curto- e no longo-prazo.

Os efeitos sobre os grupos mais frágeis da sociedade portuguesa não deixam antever nada de bom para o nosso futuro comum. O número de sem-abrigo aumentou e o número de pessoas que procura as instituições de solidariedade para ter acesso a alimentos/ ▶



refeições está a aumentar de um modo muito significativo; aos idosos em lares proibimos as visitas mas deixámos entrar o vírus, aos doentes não Covid-19 adiámos consultas, tratamentos, cirurgias e quando hospitalizados negámos-lhes o prazer da visita dos seus familiares, mas não impedimos que o vírus entrasse, porque também não conseguimos proteger os profissionais de saúde no exercício da sua atividade.

Relativamente ao Ensino Superior e Ciência, todos reconhecem que os docentes do ensino superior e os investigadores rapidamente se destacaram pelas suas ações no combate à pandemia. Adicionalmente, toda a sociedade reconhece que a solução para combater de modo eficaz a pandemia só pode vir da **Ciência**. Todavia, o **Ensino Superior e Ciência** é dos poucos setores que não foi contemplado no orçamento rectificativo de 2020 e, o orçamento de 2021 mantém o Ensino Superior e Ciência com um nível de subfinanciado que irá aumentar a precariedade laboral, a desigualdade e agravar a não democraticidade das instituições. Ao nível da Ciência, a FCT, viciada num modelo de financiamento competitivo e destruidor dos sistemas cooperativos, abriu dois concursos para a investigação relacionado com a Covid-19 que envergonham os investigadores e a democracia não só pelos pequenos montantes atribuídos, mas também por ter permitido que alguns dos que se candidataram a financiamento fossem avaliadores! No concurso de 2020, para projetos em todos os domínios científicos, as taxas de aprovação

“os governantes usam o financiamento público para suportar programas que comprometem cada vez mais o ensino superior e a ciência com interesses particulares”

foram as mais baixas da história da FCT, e as do concurso Emprego Científico individual, mais uma vez, não ultrapassaram os 8%. Mais ainda, a transparência do processo de avaliação de todos estes concursos é objeto de forte contestação, sugerindo que a FCT pode estar a patrocinar uma agenda de política científica escondida e não escrutinada, sacrificando o bem-comum a interesses particulares.

Este problema não é exclusivo de Portugal, pois na Europa e nos restantes países do mundo são muitos os sinais de que os governantes usam o financiamento público para suportar programas que comprometem cada vez mais o ensino superior e a ciência com interesses particulares, catalisando a formação de novas lideranças mundiais num patamar acima dos países. Assim, para que os nossos filhos possam ter possibilidade de contribuir para as decisões do seu futuro comum, nós temos que defender a democracia o que requer não apenas votar, mas também escrutinar as decisões dos atuais governantes. •

